

Governador descarta plebiscito

Florianópolis — Gilberto Gonçalves

Ana Maria Tahan e Fernando Bond

FLORIANÓPOLIS — As pressões do presidente José Sarney, do deputado Ulysses Guimarães e os seguidos telefonemas do líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique, surtiram efeito: a tese da realização de um plebiscito para decidir sobre o novo regime de governo foi descartada pelos nove governadores e um secretário da Fazenda, reunidos durante quatro horas no salão de convenções do Hotel Castelar, em Florianópolis. Apesar disso, tanto o governador do Rio, Moreira Franco, como o de São Paulo, Orestes Quécia, deixaram uma ameaça no ar: se a Constituinte optar pelo parlamentarismo, eles voltarão a defender a idéia do referendo popular ao regime de governo.

Os nove governadores e o secretário da Fazenda — que representam 58% da Constituinte e 63% do eleitorado do país — decidiram, também, marcar uma nova reunião, ainda este mês, no Rio de Janeiro, incluindo todos seus colegas de outros estados, unicamente para tratar do futuro do PMDB. Porta-voz dos administradores estaduais das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o governador de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos, alertou que a promulgação da nova Constituição encerrará o "regime autoritário" e o PMDB precisa se preparar para "assumir um novo papel e decidir, então, qual será sua contribuição para a construção definitiva da democracia no país".

Saída — Na verdade, os governadores Pedro Ivo (SC), Orestes Quécia (SP), Moreira Franco (RJ), Marcelo Miranda (MS), José Aparecido (DF), Max Mauro (ES), Pedro Simon (RS), Álvaro Dias (PR) e o secretário da fazenda de Goiás, Nylson Teixeira, optaram por uma saída diplomática para a questão do plebiscito e, seguindo a decisão da convenção do PMDB — da qual foram os principais articuladores — transferiram a decisão para a Constituinte. Aliás, este foi o argumento utilizado exaustivamente pelo líder pemedebista Luís Henrique, durante os telefonemas que deu para os estados nos últimos dias.

Desde o princípio, os governadores sabiam que não chegariam a qualquer consenso. Pedro Simon e Max Mauro, ambos parlamentaristas, diferiam em relação ao plebiscito: Simon contra, Mauro a favor. Do outro lado, Newton Cardoso e Moreira Franco também discordavam: presidencialistas os dois, Moreira defendia o plebiscito e Cardoso o atacava sem meias-palavras: "Isto é uma maldade com os cofres públicos".

A discussão em torno do regime de governo ocupou apenas a hora final do encontro, mas teve o dom de acabar com o tom quase monótono que imperou nas três horas iniciais, quando cada um desfiou um rosário de lamentações contra as últimas decisões do governo federal que fecharam os cofres da União para os estados e municípios.

Suspensão de recursos recebe crítica geral

Os governadores dos estados do Centro-Sul abandonaram temporariamente a tese do plebiscito, mas não pouparam a decisão do governo federal de congelar a transferência de recursos para os estados e municípios, na tentativa de conter o déficit público. "Este congelamento foi feito em cima das pernas", atacou o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, abrindo o leque de queixas que tomaram as três horas iniciais da reunião.

Eles evitaram criticar diretamente o ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Mas, sintomaticamente, das nove decisões que anunciaram, sete estão diretamente relacionadas a reivindicações nas áreas econômica, tributária e financeira.

O tom lamentoso foi traduzido num documento preparado pelo anfitrião, Pedro Ivo, que prega a desconcentração de recursos e a descentralização do poder, diante de uma constatação que recebeu o aval de todos os governadores:

"Somos hoje uma extravagante Federação na qual governadores e prefeitos eleitos pelo povo, porém desprovidos de autonomia decisória, de recursos para governar e de auto-determinação administrativa, são confinados entre a opção de meros espectadores impotentes diante da insatisfação de seus governados e a igualmente desgastante situação de pedintes mal-atendidos pela distante administração federal, pesadamente onerada pelos encargos recebidos do passado."

A "avareza da União" foi crucificada pelos governadores, que resolveram apoiar integralmente a Carta de Canela, preparada pelos secretários estaduais de Fazenda no início de agosto.

Os governadores querem que a reforma tributária, aprovada pela Constituinte, entre em vigor a 1º de janeiro de 1988, para que sejam imediatamente implantados os fundos de participação, assegurando 21,5% da arrecadação do Imposto de Renda e 22,5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os estados e municípios, como prevê o substitutivo de Cabral.



A maior parte da reunião foi dedicada a queixas contra contenção de despesas

Sarney vai receber "fatura"

Os estados, com exceção do Distrito Federal, representados na reunião do hotel Castelar, significam 70% do produto interno bruto do país e acumulam ao mesmo tempo uma dívida interna e externa que alcança a astronômica cifra de 21 milhões 400 milhões de dólares — uma soma que em cruzados não se consegue registrar numa calculadora doméstica: CZ\$ 1 trilhão 284 bilhões.

Os governadores resolveram firmar sobre este assunto um documento, que será entregue nos próximos dias ao presidente Sarney. Segundo o governador catarinense, Pedro Ivo Campos, vão manifestar sua apreensão e sugerir ao presidente que encaminhe ao Senado um anteprojeto facilitando a tramitação das negociações para rolagem da dívida.

Cobrança — Mas além do drama das dívidas, os governadores trouxeram a Florianópolis a longa "fatura" assinada por Sarney quando recebeu o apoio para um mandato de cinco anos com a promessa de investimentos. Estes investimentos significam, a preços de hoje — pelo cálculo dos governadores —, algo muito próximo dos 21 bilhões 400 milhões de dólares que estão devendo.

São Paulo deve 7 bilhões de dólares e está rolando 2,3 bilhões. Esperava do governo federal recursos para construção da linha oeste do metrô da capital, 60 mil casas populares, seis presídios e até o trem-bala, ligando São Paulo ao Rio. O Rio Grande do Sul deve 3 bilhões de dólares e precisa de 60 milhões para rolar a dívida deste ano. Foram cortados os recursos para duplicação da siderúrgica de aço finos Piratini, ampliação do polo petroquímico e construção de nova unidade siderúrgica de aço planos. O Paraná deve 1,2 bilhão e quer 144 milhões para rolar a dívida de 87.

Quando ao Espírito Santo, sua dívida é de apenas 200 milhões, que pretende rolar. Deseja terminar uma grande obra: a terceira ponte ligando Vitória a Vila Velha. O Rio de Janeiro deve 2,4 bi-

lhões, e Moreira Franco quer rolar CZ\$ 7,5 bilhões em amortizações e CZ\$ 8,6 bilhões em encargos. Precisa de dinheiro para recuperação de extensão de ramais do metrô (1 bilhão de dólares), construção de presídios, reaparelhamento da polícia e saneamento da Baixada Fluminense.

A dívida do Mato Grosso do Sul é de 306 milhões, e o estado precisa rolar tudo, além de querer financiamento da Caixa para 30 mil casas populares. Minas deve 4 bilhões e tenta rolar 60%, que vencem no biênio 87/88.

Santa Catarina está devendo 1,5 bilhão e precisa rolar a metade, já vencida. Deixou de receber dinheiro para a duplicação da BR-101, conclusão da BR-282, construção da terceira ponte ligando o continente à Ilha, na capital, e criação do pólo siderúrgico. Quanto a Goiás, deve 1,8 bilhão, procura rolar de imediato 660 mil.

De um lado da mesa, o parlamentarista Pedro Simon; do outro, o presidencialista (ferrenho) Newton Cardoso que, para reforçar sua posição, citou a Itália, onde "o gabinete Bettino Craxi caiu toda semana". O governador gaúcho foi sucinto: "Sou a favor do parlamentarismo puro, do modelo alemão". Newton exaltou-se, garantiu que o parlamentarismo alemão "está podre". Sua fonte — ele continuou — era o chefe do Gabinete Militar de Sarney, general Bayma Denis, com quem jantara anteontem. "O Bayma recebeu um informe completo sobre o parlamentarismo alemão; está podre". E concluindo: "Você pedir a ele que ofereça às suas luzes os documentos fresquinhos que recebeu da Alemanha. Você lê alemão? Eu mando traduzir para você".

Apareceu, viu, falou e venceu

Sem disputar eleição, com a menor dívida interna do país (CZ\$ 1 bilhão 257 milhões), sem ter contraído empréstimo externo, o governador do Distrito Federal, José Aparecido, convidado à última hora para participar da reunião dos governadores, chegou a Florianópolis, "nas asas do governador Orestes Quécia", como ele disse. No fim se tornou, com intervenções precisas, e muita matreirice, o artífice do recuo dos seus colegas na questão do plebiscito sobre o regime de governo.

Apelidado em tom de brincadeira, pelos outros governadores, de "espião do presidente Sarney", Aparecido sorriu e desfiou com maestria um cipal de argumentos para derrubar a tese do plebiscito. "Esta idéia é do Brandão Monteiro, líder do PDT na Constituinte, para montar palanque para o Brizola", disse ele, recorrendo ao argumento utilizado pelo líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique, em telefonemas para os governadores.

"Plebiscito realizado quando?" perguntou. "Se for antes da promulgação da nova Carta, vai parar os trabalhos da Constituinte e atrasar todo o calendário. Se for depois, se transformará em uma obra de engenharia política, que não combina nada com a realidade. Se votamos nos deputados, para que eles façam a nova Constituição, não tem sentido depois julgar o trabalho que eles fizeram."

Antes do início da reunião, em entrevistas, José Aparecido chegou a comparar o parlamentarismo com a "pomada maravilhosa", aquela que resolvia todo e qualquer problema de saúde. Sem perdoar os defensores deste sistema de governo, desferiu: "Isto é modismo."

O encontro terminou bem como Aparecido queria. E de Florianópolis, ele embarcou para Brasília, seguindo direto para o Palácio do Planalto, a fim de fazer o relato detalhado da reunião ao seu amigo José Sarney.

Cabral negocia regime mas quer manter anistia

BRASÍLIA — Presidencialistas do Planalto e parlamentaristas do Congresso sentam-se hoje à mesa para tentar fechar um acordo quanto ao sistema de governo a ser adotado pela Constituinte, uma renegociação que começou a ser preparada ontem pela manhã, durante um encontro de uma hora e meia entre o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, e o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Um ponto polêmico da Constituinte, porém, continuará fora da negociação: a anistia. "A anistia que eu escrevi, eu vou manter", avisou o relator, na ante-sala de Costa Couto, após o prolongado encontro.

Depois de ter cumprido uma extensa agenda de reuniões, que começou de manhã com uma conversa com Costa Couto e terminou com uma rápida reunião com representantes da bancada nordestina na Constituinte, o relator Bernardo Cabral chegou ao final do dia de ontem com apenas três saldos: conseguiu reincorporar o governo nas negociações sobre o sistema de governo a ser adotado pela futura Constituição; se comprometeu a incluir um novo capítulo em seu substitutivo, garantindo os direitos do menor e do adolescente; e, por fim, ajudou a definir princípios de organização das sessões de discussão e votação, na Sistematização.

Desafio — O grupo interpartidário do senador José Richa (PMDB-PR) não conseguiu ontem chegar a um acordo sobre o futuro sistema de governo e adotou, neste capítulo, a mesma redação parlamentarista do projeto de Bernardo Cabral. O grupo também não chegou a uma fórmula satisfatória sobre a reforma agrária e continuará negociando este item, segundo Richa.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, foi desafiado pelo

líder do PFL, deputado José Lourenço, a apoiar uma emenda constitucional convocando eleições gerais — de vereadores a presidente da República — para março do próximo ano. O desafio foi feito durante aparte ao líder do PMDB quando defendia na Comissão de Sistematização emenda popular com 96 mil assinaturas propondo eleições presidenciais para novembro de 88. "Se queremos mexer com o mandato do presidente Sarney, por que não mexemos no nosso também?", perguntou Lourenço. A resposta foi um novo desafio: "Se vossa excelência apresentar emenda nesse sentido, eu apoiarei". Os dois foram aplaudidos pelas galerias.

Cinco versões — O presidente Sarney surpreendeu até mesmo os parlamentares a ele vinculados com sua brusca mudança de tática para fazer a Constituinte aprovar um sistema de governo que não esvazie totalmente seus poderes. Desde que entregou, há uma semana, ao deputado Expedito Machado (PMDB-CE), uma proposta de emenda, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, já telefonou cinco vezes para modificá-la, e o resultado é o seguinte: pretensões resultantes de entendimentos entre o presidente da República e grupos parlamentares, existem hoje cinco versões de emendas parlamentaristas na Constituinte.

A primeira é a de Saulo Ramos propriamente dita, que poderá ser apresentada a Bernardo Cabral por Expedito Machado — ela consagra um sistema de governo em que o primeiro-ministro é apenas um auxiliar do presidente da República. Com base nessa emenda, o deputado Prisco Viana (PMDB-BA) elaborou uma proposta que ele chama de presidencialismo com regras parlamentaristas.

Golbery — O ex-ministro Golbery do Couto e Silva, que estava em recuperação de uma cirurgia no intestino grosso, voltou a ser internado no Hospital Sírio-Libanês para exames. A internação estava prevista, segundo os médicos, desde 15 de agosto, quando ele recebeu alta. Golbery permanece em São Paulo para tratar dos pulmões.

Alair — Mais de cinco mil pessoas foram ao velório do deputado Alair Ferreira (PFL-RJ), na prefeitura de Campos. O prefeito José Carlos Vieira suspendeu, em sinal de luto, todas as cerimônias relacionadas com a Semana da Pátria, que seriam iniciadas hoje. Alair morreu de infarto quando fazia barba em seu quarto no Hotel Nacional, em Brasília.